

1 **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**
2 - **CMDCA** realizada aos seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete, com início em segunda chamada
3 às oito horas e quarenta minutos, nas dependências da Casa de Participação Comunitária, sita na Av. Rei
4 Alberto I número cento e dezenove. PARTICIPANTES: Verificação conforme lista de presença anexa.
5 Verificação de presenças e justificativa de ausências conforme lista anexa. Iniciada a reunião o senhor
6 Presidente, Edmir Nascimento cumprimenta os presentes e coloca em pauta o **item 1. Apreciação e**
7 **Deliberação da ata da Assembléia anterior**; pergunta se todos tomaram conhecimento da mesma para
8 deliberação. Com anuência de todos foi **APROVADA** com as ressalvas a serem corrigidas. **Item 2. Relatos**
9 **dos membros da Comissão InfantoJuvenil – CIJ** A adolescente Rafaela Costa Sena socializa assuntos
10 abordados nas reuniões da Comissão, entre eles, a educação financeira nas escolas e apresenta uma
11 apostila sobre o tema, fornecida pelo Governo e que não está sendo utilizada nas escolas. A esse respeito a
12 Sra. Solange de Alvarenga representante da Diretoria de Ensino da Região de Santos informa tratar-se de
13 um projeto piloto implantado em 2013 pelo Governo federal, que o material chegou à quinze escolas da
14 baixada santista e que não foi possível aderir ao projeto porque não havia material suficiente para todos os
15 alunos. A jovem Rafaela ressalta a importância de discutir e aprender sobre esse tema nas escolas, e que o
16 material deveria estar disponível ao aluno nas bibliotecas. O Sr. Edmir pergunta à Sra. Solange se não há
17 possibilidade de retomar o projeto e mesma responde que não, explica ainda que algumas escolas
18 trabalharam com o material. A jovem Rafaela informa que a Escola Estadual Fernando de Azevedo tem
19 esse material, mas não utiliza com frequência. Sr. Edmir propõe envio de ofício ao Ministério da Educação e
20 Cultura - MEC solicitando mais informações sobre o projeto e a razão de sua descontinuidade e solicita à
21 Sra. Solange que esse material seja disponibilizado aos alunos para estudo e pesquisa. A Sra. Tais
22 complementa sugerindo o envio de ofício à Diretoria de Ensino solicitando informações sobre quais escolas
23 receberam esse material e quais escolas utilizaram, sugerindo a continuidade de seu uso. A Sra. Adriana
24 Santos Lima Lopes, arituldora da CIJ informa que a Comissão enviou e-mails para as escolas Fernando
25 de Azevedo, Primo Ferreira, Canadá e Alzira Campos, solicitando informações sobre esse material e acesso
26 ao Regimento Interno, tendo como retorno a justificativa de que as escolas não contam com profissionais
27 para ministrar essa disciplina. Enquanto Comissão, não obtiveram acesso ao Regimento Interno. Sr. Edmir
28 solicita à Solange que confirme com o Professor João Bosco uma data para receber a Comissão. A Sra.
29 Denise Beatriz Neves Fernandes Gonçalves, representante da Secretaria de Comunicação - SECOM
30 sugere que as escolas sejam informadas por meio de ofício, de que a Comissão InfantoJuvenil é
31 representante do CMDCA e precisa ser atendida pela rede de educação e outros seguimentos, sempre que
32 for solicitada. Sra. Adriana ressalta que nos e-mails enviados foi destacada a relevância da Comissão e a
33 importância dos jovens terem acesso ao Regimento Escolar das escolas. Foi destacada também a
34 importância dos jovens portarem algum tipo de identificação ao visitarem locais e equipamentos públicos,
35 ex: crachás ou carteira de identificação. A respeito dos regimentos internos, a Conselheira Tutelar - CT
36 Roselaine Gama complementa que teve acesso ao Regimento Interno da Escola Visconde de São
37 Leopoldo, e que este continha elementos que violam direitos dos alunos. ex: previsão de suspensão de
38 aluno por até quinze dias. **Item 3. Apreciação e deliberação da minuta do Edital de Financiamento dos**
39 **recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Sr. Wilson Carlos Bregochi Jr.,
40 técnico do CMDCA, primeiramente parabeniza a Câmara de Legislação por voltar a funcionar e explica que
41 o referido Edital contempla o Plano de Trabalho aprovado na Assembleia de fevereiro, sendo que o primeiro
42 e segundo artigos não sofreram alterações e no terceiro artigo, inicialmente foi discutida a permanência ou
43 não das organizações governamentais dentro do edital; a esse respeito a Dra. Adriana Jandelli,
44 coordenadora da Câmara de Legislação, informa que com exceção de um ponto de atenção referente a
45 esse artigo, manifestou-se sobre questões de ordem técnicas; o edital foi também analisado pelas Câmaras
46 de Planejamento e Diretoria Executiva; continuando, Sr. Wilson explica que a razão pelo qual projetos
47 governamentais não participariam do edital é sobretudo por conta da sociedade civil estar muito mais
48 fragilizada, por que os projetos de organizações não governamentais tem sido mais exitosos, explica que
49 exceto o projeto da executado pela Secretaria de Segurança - SESEG, todos os outros projetos
50 governamentais tiveram entraves e mesmo organizações não governamentais que firmaram parcerias com
51 organizações governamentais na realização de seus projetos, tiveram problemas no cumprimento de
52 objetivos e metas. Prossegue explicando que é uma oportunidade para o poder público acompanhar esses
53 projetos e posteriormente dar continuidade ao trabalho, já como uma política pública. Sr. Nicola Margiotta Jr.
54 Da Secretaria de Relações Institucionais e Cidadania e Sra. Ana Lúcia Rezende Sant'Ana, da Secretaria de
55 Cultura questionam a proposta e perguntam quais projetos das organizações governamentais e não
56 governamentais viraram política pública. Dra. Adriana ressalta que o poder público tem fonte própria de
57 financiamento, já tem orçamento previsto por lei. Sr. Edmir recorda a mudança no formato das parcerias á
58 partir da Lei 13.019/15 - Marco Regulatório das Orgs. Sr. Wilson, refere que as organizações não
59 governamentais tem muito mais flexibilidade dos que as governamentais e que a Prefeitura não dá conta de
60 licitar e dos trâmites legais exigidos pelos editais. Dra. Adriana propõe que o Edital informe prioridade para
61 as Ongs e que haja um percentual não obrigatório para as orgs governamentais para desenvolvimento de

62 projetos considerados relevantes; Sr. Nicola concorda com Dra. Adriana. Sra. Luana Li Ng, representante do
63 vereador Bruno Orlandi sugere que não haja restrição às ongs governamentais. Sr. Edmir sugere que o
64 edital propicie condições iguais para as organizações do poder público e da sociedade civil. Sra. Viviane
65 Costa Pinto sugere ainda que poderia ser de acordo com os eixos, pois pode acontecer de não haver ONGs
66 interessadas em desenvolver projetos e uma organização governamental interessada se apresente com um
67 projeto relevante. Diante do impasse, três propostas foram levadas à votação: 1- Excluir o governo do edital
68 (2 votos); 2- manter o governo no edital (9 votos); 3 - garantir um percentual dos recursos para projetos
69 governamentais (3 votos). Com nove votos a favor, as organizações governamentais foram mantidas e
70 estarão autorizadas a apresentar projetos de acordo com os eixos destacados pelo edital. Sr. Wilson deu
71 continuidade à apresentação do Edital, sendo este aprovado com as alterações sugeridas e votadas pela
72 plenária. **Item 4. Apreciação e deliberação do Instrumental que será utilizado pelos Conselheiros de**
73 **direitos, quando em visita nos serviços das Organizações Governamentais.** Sr. Wilson apresenta
74 instrumental criado para uso durante visitas de monitoramento aos serviços públicos de atendimento à
75 crianças e adolescentes, relatando o processo de construção e seu esforço pessoal na finalização no tempo
76 definido pela plenária, considerando ser o controle social uma das principais funções dos Conselheiros de
77 Direitos. Dra. Adriana questiona o instrumental, ressaltando que não é função do Conselheiro de Direito
78 analisar itens como: faixa salarial, formas de acesso do público ao serviço e chama a atenção para o grau
79 de complexidade do instrumental, ressaltando que os Conselheiros, na maioria, não são Técnicos e que a
80 lei não exige que sejam. Alertando para possíveis questionamentos dos Conselhos de Serviço Social e
81 Psicologia, respectivamente CRESS e CRP. Sr. Wilson esclarece que o Instrumental foi elaborado por
82 Técnicos e que o Conselheiro poderá solicitar que um Técnico desta Casa o acompanhe nas visitas. Sra.
83 Lucia Tavares, ressalta a importância do monitoramento, mas concorda com a Dra. Adriana no que diz
84 respeito à quantidade e complexidade das informações que serão reunidas nesse instrumental, questiona
85 sobre os desdobramentos e a competência do CMDCA sobre o trato com as informações, ou então ficará a
86 informação pela informação. Sr. Lucia sugere um instrumental mais objetivo para realização da visita de
87 monitoramento. Sra. Valéria Gallotti explica que a visita está prevista na Resolução Normativa nº 290/2016
88 – CMDCA por conta do controle social e ressalta ainda que posteriormente haverá uma explicação sobre
89 o uso do instrumental. Sra. Tais recorda que o monitoramento será do serviço – saúde, educação,
90 assistência social. Sr. Nicola reforça a importância do instrumental, que o mesmo traz uma série de
91 desdobramento, que trará grande demanda. Sr. Edmir ressalta que o monitoramento completo exige o
92 quantitativo e o qualitativo e que este é o momento de partir para o qualitativo, e que esse instrumental foi
93 construído pelo Sr. Wilson, com base na leitura dos planos municipais. Reforça que ninguém é obrigado a
94 ser Conselheiro, mas que como Conselheiro, quer seja titular ou suplente tem a obrigatoriedade de
95 participar das Câmaras Setoriais, conforme determina o Regimento do órgão. Ressalta ainda que as
96 Câmaras produzem para o CMDCA e sem elas, o trabalho é prejudicado, desta forma oficiará aos
97 Secretários e os conselheiros presentes sobre o dever de cada membro desta Casa em participar das
98 Câmaras e Comissões. Sobre a qualidade do trabalho das Câmaras, Sr. Wilson ainda dá destaque ao baixo
99 comprometimento (leviandade) dos Conselheiros quanto à importância de seu papel na defesa dos direitos
100 da criança e adolescente. Dra. Adriana ressalta novamente a demanda de trabalho dos conselheiros, e que
101 é preocupante buscar indicadores e verificar a qualidade dos serviços, com pessoas que não são formadas
102 ou habilitadas e questiona sobre quem irá se comprometer a assinar os documentos referentes ao
103 monitoramento. Sr. Edmir finaliza a discussão ressaltando que o monitoramento está previsto no Plano
104 Decenal, portanto será realizado. Sr. Edmir sugere que o instrumental retorne à Câmara para um
105 enxugamento; Sra. Lúcia manifesta-se a favor de tornar o instrumental mais objetivo; Sra. Ana Lúcia sugere
106 que seja encaminhado para as Câmaras e retorne para aprovação em Assembleia Extraordinária. O
107 colegiado decidiu que o instrumental retornará às Câmaras de Planejamento e Legislação e que será
108 agendada data para Assembleia Extraordinária. **Item 5 - Apreciação e deliberação das Organizações**
109 **Governamentais e Não Governamentais que não apresentaram o pedido de Revalidação no CMDCA.**
110 Sr. Wilson informa que 11 (onze) entidades não enviaram documentos para revalidação – Centro de
111 Convivência Esperança e Vida, Poiesis, Projeto Educacional de Conscientização e Orientação - PROECO,
112 Associação de Promoção e Assistência Social Estrela do Mar, Casa João Paulo II, Ler – Centro de Leitura e
113 Educação Rotary, Associação Maria Imaculada, Fundação IOSCHPE, Associação Casa da Criança,
114 Assistência ao Menor Enfermo Mental e Associação Casa da Esperança de Santos e, que apenas uma
115 Organização Governamental, Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentou a documentação para
116 revalidação, sendo que as Secretarias Municipais de Cultura e de Esporte entraram em contato solicitando
117 informações sobre a revalidação e não fizeram a entrega. A Sra. Ana Lúcia sugere que o prazo de
118 revalidação seja prorrogado novamente por mais 30 (trinta) trinta dias. A Sra. Rejane da Fonseca Oliveira
119 representante da Secretaria de Assistência Social solicita que esta seja a última prorrogação, pois sua
120 Secretaria fez um esforço enorme para cumprir o prazo. Prorrogação aprovada pelo Colegiado por 7 (sete)
121 votos a favor contra 6 (seis) contra, por 20 (vinte) dias e será publicada no Diário Oficial do Município. **Item**
122 **6 – Apreciação e deliberação do Projeto de Divulgação da CM-PETI apresentado pela Comissão**

123 **Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.** Sr. Wilson, a pedido da Sra. Viviane
124 Aparecida Figueiras Simone do Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social - CAMPS, que
125 não pôde comparecer por motivo de doença, informa que a mesma está tentando conseguir o brunch com
126 uma empresa, para não onerar o orçamento do projeto, articulou a participação de algumas pessoas no
127 evento e irá encaminhar para a Comissão rever os custos pois os valores do projeto estão acima do
128 esperado, e que o ideal seria reduzir o orçamento de cerca de R\$19.000,00 (dezenove mil reais) para
129 R\$12.000,00, (doze mil reais) explica também que a ideia de produzir squeeze para uso na campanha está
130 sendo revista e que irão discutir na Comissão a proposta de confeccionar sacolinhas para veículos e
131 folders que também serão utilizados para campanha de arrecadação de recursos ao FMDCA. Informa que
132 durante o período da campanha a equipe de abordagem estará presente para conversar com as crianças e
133 adolescentes que estejam em situação de trabalho infantil. Sendo deliberado o valor de R\$. 12.000,00
134 (doze mil reais) para a execução do projeto. **Item 7 – Apreciação e Deliberação das ações para o evento**
135 **Destinação Criança 2017.** Sra. Denise recorda a experiência do evento realizado em 2016, como uma
136 “prestação de Contas” do que foi realizado com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e
137 do Adolescente - FMDCA, que trouxe muita credibilidade. Em 2017, o evento acontecerá no mês de outubro
138 e pretende-se ampliar as ações com foco na captação de recursos junto à pessoas físicas. Sobre as
139 apresentações dos projetos pelas entidades parceiras, recomenda que discutam e planejem suas
140 apresentações. Sra. Cláudia Diegues sugere que seja estipulado um prazo para que as entidades
141 interessadas encaminhem suas propostas e que estas possam ser analisadas e alinhadas aos objetivos do
142 evento, a Sra. Valéria informa que R\$ 10.000,00 (dez mil) reais estão disponibilizados para o evento no
143 Plano de Ação CMDCA 2017/2019. **Item 8 – Apresentação da Programação do Seminário de**
144 **Aprendizagem Profissional.** O item está prejudicado devido a transferência da data do evento. **Item 9 –**
145 **Apreciação e Deliberação de Minuta da Resolução Normativa do Programa Rede Família.** Apresente
146 Resolução Normativa foi aprovada. **Item 10 – Relatos da Diretoria Executiva-** Sra. Ana Lucia informa que
147 a Diretoria reuniu-se no dia 28 de março p.p. e foram discutidos os assuntos: instrumental de
148 monitoramento, Edital de Projeto, projeto do PETI, respostas dos ofícios da Secretaria Municipal de
149 Assistência Social - SEAS, situação da Instituição Tia Egle, situação do ônibus da Estrela Guia, Campanha
150 Destinação Criança e Seminário de Aprendizagem. SR Edmir informa que no dia 31 de março p.p.
151 aconteceu a Oficina de Parentalidade com a Dra. Vanessa Alfieri em parceria com a Ordem dos Advogados
152 do Brasil - OAB no Conselho Tutelar da Região Central, ressalta que a oficina acontecerá mensalmente e
153 destaca o envolvimento dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS nesses
154 encontros, informa que a Oficina de abril será no próximo dia 28. Sr. Nicola informa sobre a reunião com o
155 Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação - *DETIC* sobre o SIAS, ficando claro que o sistema não
156 teve adesão de todas as secretarias e que um novo sistema de informações da Prefeitura está sendo
157 implementado, a pedido do CMDCA serão incluídas questões no sistema sobre informações de crianças e
158 adolescentes, esse novo sistema estará interligado às Secretarias e que está prevista a inserção de
159 informações sobre jovens em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas, atendendo a uma nova lei
160 que prevê que a Saúde notifique os casos de crianças e adolescentes nestas condições, informa ainda que
161 a nova versão será apresentada a esta Casa no segundo semestre desse ano. Sr. Edmir agradece
162 principalmente à Sra. Tais Aguiar e ao Sr. Wilson pelo esforço em torno da apresentação do Plano
163 Plurianual - PPA em reunião específica com os Secretários Carlos Alberto Ferreira Mota, Sadao Nagao e
164 Flavio Jordão, ocasião em que foram inseridas as propostas e demandas do CMDCA. Socializa também,
165 sobre a reunião com o Ministério Público - MP sobre a Vila dos Criadores e a região central de Santos e
166 que o Promotor Público solicita um plano de ação para atuar na Vila dos Criadores e que sugerido pela Sra.
167 Magali Leite de Freitas a realização de uma audiência pública para uma dialogar com os moradores e reunir
168 propostas da comunidade a respeito das necessidades daquela região e possibilidades de realizar projetos
169 em parceria com a União de Amparo a Comunidade de Escolas Públicas - UACEP, informando que a
170 UACEP já está com recursos captados para ações contínuas naquela região, e que a Secretaria Municipal
171 de Educação - Seduc está verificando a possibilidade de implantar o programa Escola da Família na região.
172 Sobre a região Central será discutido com o Subprefeito, com a participação do Promotor e das entidades
173 da sociedade civil da região, um mapeamento das potencialidades e das vulnerabilidades de crianças
174 adolescentes e famílias que residem nesse território. - **11) Relatos das Câmaras Setoriais – Câmara de**
175 **Planejamento** - A Sra. Viviane Costa Pinto informa que a Câmara se reuniu no dia 21 de março e trabalhou
176 na construção do instrumental de visita e monitoramento aos órgãos públicos; **Câmara de Legislação** – Dra.
177 Adriana Jandelli informa que a Câmara reuniu-se em fórum virtual, que a Casa envia a pauta, sendo que as
178 minutas são analisadas e enviadas à Casa. **Câmara de Relações Públicas**– Sra. Denise relata que foi
179 analisada a RN 103/2006 e que haverá reunião específica para esse fim. **Câmara Financeira** – Sr. Paulo
180 Paim informa que reuniu-se nos dias 16 de 23 de março para finalizar as análises sobre as prestações de
181 contas; que responderam ao Ministério Público questionamentos sobre 03 (três) entidades que estão com
182 problemas na prestação de contas, apresentando relatórios financeiros e de visitas das Entidades ao
183 Promotor e que são anexados aos relatórios de prestação de contas. Dra. Adriana pede a palavra para

184 informa que nesta data, um projeto de lei sobre a política pública de Justiça Restaurativa que será
185 sancionado pelo Prefeito Municipal, não foi submetido à prévia do CMDCA – Sr. Nicola esclarece que irá
186 para análise da Câmara dos Vereadores e depois virá para o CMDCA **12) Relatos dos representantes dos**
187 **Conselhos e Comissões-** Sr. Conselheiro Tutelar Gian Karlo Xavier relata que o Sistema de Informações
188 para a Infância e Adolescência (*Sipia*) está travado e por isso não tem sido utilizado e que durante as
189 férias dos conselheiros tutelares - CT titulares os Conselheiros suplentes, também não conseguiram inserir
190 dados, devido à inoperância (lentidão e travamentos) do sistema. Sra. CT Roselaine Gama complementa
191 falando que entrou em contato com Brasília com o Sr. Antonio Cláudio e que o mesmo informou que não
192 existe uma verba própria no Ministério da Justiça e que o SIPIA está sendo operacionalizado por no
193 máximo, 3 (três) Técnicos, em função disso contam com a ajuda dos municípios para garantir seu
194 funcionamento, em Santos o Detic tem apoiado na resolução dos problemas apresentados pelo sistema.
195 Informa também que o novo SIPIA está praticamente pronto mas que não há técnicos suficientes para
196 operar o sistema. Sra Roselaine prossegue informando que no dia 24 de março aconteceu reunião na
197 Secretaria de Educação, com representantes dos departamentos jurídico, planejamento e central de vagas,
198 sem a presença do Secretário Carlos Mota, e que em razão dos presentes não terem conhecimento sobre a
199 Resolução Normativa foi estipulado um prazo de 30 (trinta) dias para que tomem conhecimento para
200 prosseguir com as discussões; referente as vagas em escolas distantes das residências das crianças, foi
201 dito que não há o que fazer e quanto as crianças saírem sozinhas foi definido que o adolescente está
202 autorizado a buscar o irmão na escola e a escola fará a liberação do aluno. Sobre o problema no transporte
203 para a população da área continental acessar os serviços de saúde, foi esclarecido que a prioridade é para
204 idosos, acamados e deficientes físicos e que o transporte está sendo utilizado para casos de extrema
205 urgência. Sobre acesso dos adolescentes aos atendimentos no Tô Ligado, também não está sendo
206 realizado por falta de transporte. A esse respeito o Sr. Edmir sugere ao CT representar o Tô Ligado ao
207 Ministério Público. Sra. Tais complementa informando que sobre a lista do Centro de Diagnóstico 30 de
208 Julho, foi feito contato com a Secretaria de Educação e os dados serão cruzados para identificar e constatar
209 o número de crianças que permanecem sem atendimento. **CEVISS** – A coordenadora da CEVISS Sra.
210 Cláudia Diegues volta a propor alternância nas pautas considerando esvaziamento da assembleia,
211 prejudicando a socialização dos assuntos trazidos pelas Comissões e Conselhos Tutelares. A mesma
212 prossegue informando que houve reunião com o Secretário de Comunicação por conta do dia 18 de maio e
213 o Secretário comprometeu-se a enviar uma proposta, ofereceu o Bus door sem custos e o Facebook; a
214 Comissão esteve também na Secretaria de Cultura e apresentou propostas de elaborar um vídeo mais
215 amplo sobre o trabalho infantil e realização de peças teatrais sobre a exploração sexual de crianças e
216 adolescente; informa que no próximo dia 12 de abril a Comissão ira reunir-se para elaborar o cronograma
217 de distribuição dos materiais de divulgação da campanha de enfrentamento à exploração sexual de crianças
218 e adolescentes, que também será realizada durante a Semana Mundial do Brincar que acontecerá de 21 a
219 28 de maio. **13) Assuntos Gerais** – Claudia Diegues, na condição de vice-presidente do Fórum da Criança
220 e do Adolescente ressalta a importância da participação e propõe refletir profundamente sobre as razões do
221 esvaziamento desse Fórum. Sr. Wellington informa que no próximo dia 11 de abril acontecerá a reunião da
222 Comissão de Justiça Restaurativa e que o Sr. Edmir, Sra Eva presidente do Conselho Municipal de
223 Educação e demais membros irão deliberar a respeito desta política pública. Informa também que
224 Coordenadoria de infância e juventude irá mudar para a Estação da Cidadania. Sra. Lúcia Tavares socializa
225 a Semana Mundial do Brincar, detalhando o histórico desse evento na cidade e convida todas as entidades
226 e serviços públicos a se engajarem no evento que acontecerá entre os dias 21 e 27 de maio..Nada mais
227 havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia às 12h45.
228 Eu, Lúcia Aparecida dos Santos Tavares, 1ª Secretária lavrei a presente ata.

230

231

232

233

EDMIR SANTOS NASCIMENTO LUCIA APARECIDA DOS SANTOS TAVARES

234

Presidente

1ª Secretária

235

236